Nota pública em defesa do debate sobre o aborto

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) vem a público manifestar seu apoio à iniciativa da Associação de Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (APROPUC) de promover, no dia 27 de setembro de 2010, o lançamento e o debate do livro "A criminalização do Aborto em questão", de autoria do assistente social e professor Maurílio Castro de Matos. O livro é fruto de parte da pesquisa da tese de doutorado, realizada no programa de Pós-Graduação da PUC-SP. Em seu prefácio, a professora Drª Maria José Rosado Nunes (PUC-SP), integrante da entidade "Católicas pelo direito de decidir", afirma que o autor demonstrou "seu apaixonado compromisso com a profissão de Serviço Social e também uma profunda sensibilidade diante do sofrimento de mulheres que precisam recorrer a um aborto".

O CFESS é favorável à livre manifestação das ideias, ao debate democrático sobre as grandes questões de interesse nacional e à manifestação política dos sujeitos individuais e coletivos. E, neste sentido, repudia atos que impeçam ou obstaculizem a realização do debate democrático. Entende que a Universidade tem o compromisso ético-político de formar as novas gerações na defesa dos direitos humanos e da democracia, e com responsabilidade ética com o conhecimento crítico da realidade e recusa de todas as formas de autoritarismo.

O debate e lançamento do livro "A criminalização do aborto em questão" acontece às vésperas do dia de Luta Latina e Caribenha pela Descriminalização e Legalização do aborto, celebrado em 28 de setembro, oportunidade excelente para que docentes e discentes da PUC-SP discutam o tema com a profundidade e sensibilidade que a questão demanda. O aborto inseguro é reconhecido como uma questão grave de saúde pública. O trabalho "20 anos de pesquisa sobre o aborto no Brasil", do Ministério da Saúde (2009), revela o perfil de quem se submete ao aborto: mulheres com idade entre 20 e 29 anos, com união estável, trabalhadoras, com até oito anos de escolaridade, mães de no mínimo um filho, e predominantemente católicas. A pesquisa revela também que a criminalização não diminui o número de abortos e mortes de mulheres no Brasil e no mundo.

O Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS), após anos de debates, decidiram apoiar a luta pela descriminalização e pela legalização do aborto, por entender que o aborto inseguro é um grave problema de saúde pública; por considerar os direitos sexuais e reprodutivos da mulher como direitos humanos; e por reconhecer que as mulheres são sujeitos históricos de direitos. E isso inclui o direito de decidir, de forma livre e responsável, sobre sua sexualidade e reprodução. Lembramos que a garantia de um Estado laico, presente na Constituição Brasileira, não significa cercear a liberdade religiosa. Significa que Instituições religiosas não podem realizar ingerência, impor valores, desrespeitar direitos nem interferir na escolha de objetos e cercear divulgação e socialização da pesquisa científica.

O CFESS, em sintonia com princípios éticos e democráticos construídos de forma coletiva pela categoria profissional nos últimos 30 anos, reitera que livros como o de autoria de Maurílio Castro e eventos como o da APROPUC favorecem a reflexão crítica e consciente sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Defendemos que o debate é a melhor estratégia para que os indivíduos conheçam e se posicionem sobre questões polêmicas, e a liberdade de expressão é fundamental no processo de democratização da sociedade brasileira.